



| <i>PARECER Nº. 500/2013 - MPC-TCE/RR</i> |  |
|--|--|
| PROCESSO Nº.                             | 0137/2010  |
| ASSUNTO                                  | Registro de Atos de Pessoal - Ato de Concessão de Benefício de Aposentadoria voluntária do Sr. Adair Arantes de Araújo |
| ÓRGÃO                                    | Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER   |
| RESPONSÁVEL                              | Robério Bezerra de Araújo  |
| RELATOR                                  | Conselheiro Manoel Dantas Dias   |

*EMENTA - ATO SUJEITO A REGISTRO – APOSENTADORIA POR VOLUNTÁRIA. FORMALIDADES PREENCHIDAS. LEGALIDADE DOS ATOS. ESTANDO O ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL REVESTIDO DOS REQUISITOS LEGAIS, A APRECIÇÃO SERÁ PELO SEU REGISTRO. INTELIGÊNCIA DO ART. 42, INC.II DA LC 006/94 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.*

## **I – RELATÓRIO**

Tratam os autos em apreço sobre ato o registro da **concessão de Aposentadoria Voluntária do Sr. Adair Arantes de Araújo.**

Ressalta-se que a instrução processual encontra-se toda descrita às fls. 205 a 210 do Relatório de Inspeção em Atos de Pessoal nº 239/2013/DEFAP, e no Parecer Conclusivo nº 242/2013-DIFIP, nas fls. 212 a 213, da qual este Parquet de Contas coaduna, tendo em vista que a documentação apresentada atende as exigências contidas na legislação.

Concluída a instrução processual, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para a necessária e conclusiva manifestação, referente à ordem jurídica processual.

É o breve relatório.



## II - FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente há de se ressaltar que o presente processo encontra-se plenamente regular sob o ponto de vista jurídico processual, já que observou todo o trâmite estabelecido pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima – LOTCE/RR e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima – RITCE/RR.

Mister Salientar que a Constituição Cidadão reza em seu art. 71, inciso III, referente a competência dada ao Tribunal de Contas da União á apreciação, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta incluída as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Diante da documentação e demais informações contidas nos autos, após analisada pela Equipe Técnica desta Corte de Contas, a qual sugeriu que seja concedido o Registro de Concessão de aposentadoria voluntária em favor do Sr. **Adair Arantes de Araújo**.

Em seu Parecer Conclusivo nº242/2013/DIFIP, o diretor do departamento, manifestou-se pela legalidade do ato que concedeu a aposentadoria voluntária do requerente, e, por conseguinte seu registro, nos termos do disposto no art. 42, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 006/94-TCE/RR.

Por todo o exposto, da análise da “conclusão” apontada no Parecer Conclusivo nº 242/2013/DIFIP, não há dúvida quanto à presença dos requisitos necessários



para concessão do benefício, merecendo ser aceito nos anais da administração sua averbação, visto que a mesma teria cumprido os pré-requisitos para concessão do benefício de aposentadoria voluntária.

### **III – CONCLUSÃO**

*EX POSITIS*, pelas razões de fato e de direito acima apresentadas, este *Parquet* de Contas emite o Parecer pelo registro dos atos de concessão de aposentadoria voluntária do Sr. **Adair Arantes de Araújo**, com base no art. 42, inciso II, da lei Complementar 006/94.

É o parecer

Boa Vista-RR, 23 de dezembro de 2013

**Paulo Sérgio Oliveira de Sousa**  
Procurador de Contas